

P02

**FUNDASE
RN**



CADERNO DE PROVAS ESCRITAS

NÍVEL SUPERIOR

6 de maio de 2018

PROCESSO SELETIVO FUNDASE-RN PARA OS CARGOS AGENTE SOCIOEDUCATIVO, ASSISTENTE SOCIAL, PEDAGOGO E PSICÓLOGO

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- A prova terá **duração** máxima de **3 (três) horas**, das **8:00 às 11:00**, incluindo o tempo para responder a todas as questões do Caderno de Provas e preencher a Folha de Respostas.
- Confira, com máxima atenção, o Caderno de Provas, verifique se o mesmo corresponde ao cargo para o qual está concorrendo.
- Confira a quantidade de questões, desta prova, se estão apresentadas como no quadro a seguir:

PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES
Conhecimentos em Língua Portuguesa	1 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 30

- Transfira as respostas para a Folha de Respostas somente quando não mais pretender fazer modificações.
- A Folha de Respostas não poderá ser rasurada.
- O Candidato não poderá levar consigo o caderno de provas antes de transcorridas três horas, tempo estimado para a sua realização.

Assinatura: _____ Inscrição: _____

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE NÚMERO 01 A 09 REFEREM-SE AO TEXTO ABAIXO.

Inclusão Social

Rodolfo F. Alves Pena

A inclusão social é o termo utilizado para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade. Portanto, falar de inclusão social é remeter ao seu inverso, a exclusão social.

Nesse sentido, para estabelecer uma ação de inclusão social, primeiramente é necessário observar e identificar quais seriam aqueles que estariam sistematicamente excluídos da sociedade, ou seja, que não gozam dos seus benefícios e direitos básicos, como saúde, educação, emprego, renda, lazer, cultura, entre outros.

De certo modo, é muito difícil que alguém ou algum grupo social esteja totalmente excluído de toda a sociedade. Geralmente, isso ocorre sobre uma parte dela. Assim, falar de inclusão é falar de democratizar os diferentes espaços para aqueles que não possuem acesso direto a eles.

Por exemplo: as cotas raciais seriam uma medida de inclusão dos negros na universidade, no sentido de que esse grupo de pessoas, por razões históricas, possui estatisticamente maiores limitações materiais para alcançar o nível superior. Outro caso seria a adoção de medidas de acessibilidade para idosos e deficientes físicos que não conseguem acessar ou se deslocar em espaços públicos das cidades.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos^[1] resume alguns dados que podemos considerar como exemplos de exclusão social: 125 milhões de crianças no mundo não frequentam a escola, sendo dois terços delas mulheres; somente 1% dos deficientes físicos frequentam a escola em países subdesenvolvidos e emergentes; e 12 milhões de crianças morrem por problemas relacionados com a falta de recursos por ano.

Vale lembrar que, por exemplo, caso uma pessoa seja de determinada etnia, ou cor, ou possua algum tipo de deficiência física ou seja portadora de necessidades especiais, ela não é automaticamente uma pessoa socialmente excluída. No entanto, se a sociedade não oferece condições e faz com que qualquer uma dessas características se torne um impeditivo à liberdade humana, então há um caso de exclusão social. Portanto, mais do que uma expressão, a exclusão social é, de certo modo, uma forma de violência ao ser ou à dignidade humana, uma vez que impede um indivíduo de exercer a sua cidadania por razões eticamente não justificáveis.

Nesse contexto, a inclusão social transformou-se em um objetivo a ser perseguido por várias pessoas, em uma forma de luta. Assim, existem atualmente inúmeros movimentos sociais que reivindicam da sociedade geral e do poder público a efetuação de uma política real de contrapeso às diferenças históricas e sociais constituídas no cerne da história da civilização moderna. No Brasil, por exemplo, existem os movimentos de feministas, de negros, de homossexuais, de praticantes de religiões africanas, de portadores de necessidades especiais etc.

Mais do que um esforço do governo em suas diferentes escalas, é preciso também uma maior ação social para a promoção de políticas de inclusão social. Isso envolve diversas áreas da sociedade, como a educação e a cultura, entre outras. Por isso, esforços coletivos e individuais que visem romper preconceitos e ações coercitivas são necessários para uma melhor vivência cotidiana.

[1] Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. Disponível em: http://www.oei.es/quipu/brasil/ec_inclu.pdf.

Texto adaptado de: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>. Acesso em: 13 abri. 2018.

01. A intenção comunicativa dominante no texto é

- A) defender visão pessoal a respeito da inclusão social.
- B) fornecer dados que subsidiem a política da inclusão social.
- C) expor entendimento panorâmico sobre a inclusão social.
- D) orientar práticas que visem defender a inclusão social.

02. O quarto parágrafo do texto corresponde ao desenvolvimento de ideia explicitada

- A) no terceiro período do parágrafo anterior.
- B) no primeiro período do parágrafo anterior.
- C) no primeiro período do primeiro parágrafo.
- D) no segundo período do primeiro parágrafo.

03. Considere o parágrafo:

Mais do que um esforço do governo em suas (1º) diferentes escalas, é preciso também uma maior ação social para a promoção de políticas de inclusão social. Isso (2º) envolve diversas áreas da sociedade, como a educação e a cultura, entre outras. Por isso, (3º) esforços coletivos e individuais que (4º) visem romper preconceitos e ações coercitivas são necessários para uma melhor vivência cotidiana.

Em relação aos pronomes destacados, é correto afirmar:

- A) o segundo e o quarto retomam dados apresentados em períodos anteriores.
- B) o primeiro e o terceiro retomam dados apresentados em períodos anteriores.
- C) o segundo e o terceiro retomam dados apresentados no período em que se encontra cada uma dessas formas pronominais.
- D) o primeiro e o quarto retomam dados apresentados no período em que se encontra cada uma dessas formas pronominais.

04. O título do texto apresenta-se em registro

- A) denotativo e foca, estritamente, o tema a ser tratado.
- B) denotativo e orienta, claramente, o leitor para a intenção comunicativa.
- C) conotativo e orienta, claramente, o leitor para a intenção comunicativa.
- D) conotativo e foca, estritamente, o tema a ser tratado.

05. Considere o período:

Portanto, mais do que uma expressão, a exclusão social é, de certo modo, uma forma de violência ao ser ou à dignidade humana, uma vez que impede um indivíduo de exercer a sua cidadania por razões eticamente não justificáveis.

No trecho, o autor constrói uma afirmativa

- A) com auxílio de delimitação e sem justificativa.
- B) sem auxílio de delimitação e com justificativa.
- C) com auxílio de delimitação e de justificativa.
- D) sem auxílio de delimitação e de justificativa.

06. A palavra cujo acento gráfico se justifica pelo mesmo motivo que “excluídos” é

- A) “benefícios”.
- B) “saúde”.
- C) “básicos”.
- D) “nível”.

07. Considere o trecho:

Vale lembrar que, por exemplo, (1ª) caso uma pessoa seja de determinada etnia, ou cor, ou possua algum tipo de deficiência física ou seja portadora de necessidades especiais, (2ª) ela não é automaticamente uma pessoa socialmente excluída. No entanto, (3ª) se a sociedade não oferece condições e faz com que qualquer uma dessas características se torne um impeditivo à liberdade humana, (4ª) então há um caso de exclusão social.

Em relação às vírgulas em destaque, é correto afirmar:

- A) todas são obrigatórias e justificam-se por razões diferentes.
- B) as duas primeiras são facultativas e justificam-se pela mesma razão.
- C) as duas últimas são facultativas e justificam-se por razões diferentes.
- D) todas são obrigatórias e justificam-se pela mesma razão.

08. Considere o período:

No entanto, se a sociedade não oferece condições e faz com que qualquer uma dessas características se torne um impeditivo à liberdade humana, então há um caso de exclusão social.

No trecho, a crase é decorrente

- A) da palavra “impeditivo”, apenas.
- B) da palavra “torne”, apenas.
- C) das palavras “impeditivo” e “liberdade”, simultaneamente.
- D) das palavras “torne” e “liberdade”, simultaneamente.

09. Considere o trecho:

Nesse contexto, a inclusão social transformou-se em um objetivo a ser perseguido por várias pessoas, em uma forma de luta. Assim, existem (1º) atualmente inúmeros movimentos sociais que reivindicam (2º) da sociedade geral e do poder público a efetuação de uma política real de contrapeso às diferenças históricas e sociais constituídas no cerne da história da civilização moderna.

Em relação aos verbos destacados, é correto afirmar:

- A) apenas o primeiro concorda com sujeito posposto, explicitado no período em que se encontra a forma verbal.
- B) apenas o segundo concorda com sujeito anteposto, explicitado no período anterior.
- C) ambos concordam com sujeito anteposto, explicitado no período anterior.
- D) ambos concordam com sujeito posposto, explicitado no período em que se encontra cada forma verbal.

10. Em carta formal sobre exclusões sociais destinada aos vereadores da Câmara Municipal de Natal, o pronome de tratamento adequado para dirigir-se, diretamente, a essas autoridades é

- A) Suas Senhorias.
- B) Vossas Senhorias.
- C) Vossas Excelências.
- D) Suas Excelências.

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA
OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**

Noções de Direito Constitucional: Constituição: dos princípios fundamentais. – **1 questão**

11. A Constituição da República Federativa prevê expressamente princípios fundamentais que nortearão todo o ordenamento jurídico. Sobre tais princípios, é correto afirmar que:

- A) o poder que emana do povo tem que ser exercido por meios de seus representantes eleitos democraticamente.
- B) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica dos povos de todo o continente americano.
- C) é fundamento da República Federativa do Brasil o dualismo político, simbolizado pela direita e pela esquerda.
- D) a concessão de asilo político é princípio que rege as relações internacionais do Brasil.

Noções de Direito Constitucional: Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais. – **1 questão**

12. Pelo texto constitucional, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse contexto, observando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, é assegurado(a):

- A) a instituição do júri, com publicidade das votações.
- B) a plena e irrestrita liberdade de associação para fins lícitos.
- C) o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, de acordo com a lei.
- D) a não retroatividade da lei penal.

Noções de Direito Constitucional: Da organização político-administrativa: das competências da União, Estados e Municípios. – **1 questão**

13. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição. Sendo assim, na divisão de competências entre os entes federativos, compete à União:

- A) legislar privativamente sobre produção e consumo.
- B) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado.
- C) organizar e manter a polícia militar do Distrito Federal.
- D) criar, organizar e suprimir distritos nos municípios.

Noções de Direito Constitucional: Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos. – **1 questão**

14. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Sendo servidor estável, somente poderá perder o cargo:

- A) através procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- B) em virtude de sentença judicial, mesmo que passível de recurso.
- C) mediante processo administrativo com sigilo de tramitação.
- D) por intermédio de decisão fundamentada oriunda da Presidência da República, em caso de servidor federal.

Noções de Direito Constitucional: Da família, da criança, do adolescente e do idoso. – **1 questão**

15. Considerando que a família é a base da sociedade, com especial proteção do Estado, é correto afirmar que:

- A) a adoção será assistida pelo Poder Público, inclusive para vetar casos de adoção por estrangeiros.
- B) os filhos terão os mesmos direitos e qualificações, desde que oriundos do mesmo casamento.
- C) o planejamento familiar é livre decisão do casal, obedecendo as determinações do Estado quanto ao número de filhos.
- D) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

Noções de Direito Administrativo: Princípios básicos da Administração Pública. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. – **1 questão**

16. A Administração Pública obedecerá a princípios expressamente previstos no texto constitucional vigente. Tais princípios são:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- C) legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

Noções de Direito Administrativo: Agentes Públicos. – **1 questão**

17. A respeito dos agentes públicos, a Constituição da República assegura que:

- A) os cargos, empregos e funções públicas são reservados para brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros.
- B) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, sendo em regra improrrogável.
- C) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Noções de Direito Administrativo: Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. – **1 questão**

18. O ato administrativo deve apresentar determinados requisitos para sua validade. Tais requisitos são:

- A) competência, finalidade, valor, motivo e objeto.
- B) competência, temática, motivo e autoridade legal.
- C) competência, finalidade, motivação e autoridade legal.
- D) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

Noções de Direito Administrativo: Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar, poder de polícia, deveres dos administradores públicos. – **1 questão**

19. A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Tal definição legal refere-se ao:

- A) poder de atuação.
- B) poder de polícia.
- C) poder de restrição.
- D) poder discricionário.

Legislação: Lei Federal nº. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, e suas alterações, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e dá outras providências; – **2 questões**

20. No âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), instituído pela Lei Federal nº. 12.594/2012, compete à União:

- A) prestar assessoria técnica e suplementação financeira aos Municípios para a oferta regular de programas de meio aberto.
- B) criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto.
- C) estabelecer diretrizes sobre as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.
- D) criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

21. A execução das medidas socioeducativas será regida, entre outros, pelos seguintes princípios:

- A) brevidade da medida, legalidade e fortalecimento dos vínculos familiares.
- B) intervenção judicial contínua, proporcionalidade em relação à ofensa cometida e fortalecimento dos vínculos familiares.
- C) brevidade da medida, legalidade e intervenção máxima.
- D) intervenção judicial excepcional, proporcionalidade em relação à ofensa cometida e cessação dos vínculos comunitários.

Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; – **2 questões**

22. Em relação à prática de ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8.069/1990) estabelece que:

- A) o adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.
- B) considera-se ato infracional tão somente se a conduta descrita for crime.
- C) considera-se ato infracional tão somente se a conduta descrita for contravenção penal.
- D) o adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, mas deve ser informado acerca de seus direitos.

23. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos. Sobre tal procedimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que:

- A) havendo motivo grave, poderá a autoridade policial, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.
- B) antes de aplicar qualquer medida de afastamento, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.
- C) antes de aplicar qualquer medida de afastamento, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo ocasionará a redução da medida de punição.
- D) havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento permanente do dirigente da entidade, mediante decisão fundamentada.

Resolução nº. 119, de 11 de dezembro de 2006, do Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE – Secretaria Especial dos Direitos Humanos; – **1 questão**

24. A Resolução nº. 119, de 11 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA aprovou o Sistema de Atendimento Sócio Educativo – SINASE. De acordo com tal resolução:

- A) o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a condenação do crime com sentença transitada em julgado.
- B) o Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas.
- C) o Sinase constitui-se de uma política privada destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.
- D) o Sinase constitui-se de uma política pública destinada à exclusão do adolescente em conflito com a lei para submetê-lo a orientação e treinamento para posterior retorno ao convívio social saudável.

Portaria nº. 270/15-GP, de 17 de julho de 2015, e suas alterações, que institui o Regimento Interno das Unidades de Atendimento Socioeducativo, disponível no sítio www.fundase.rn.gov.br; – **2 questões**

25. Através da Portaria nº. 270/15-GP, de 17 de julho de 2015, ficaram estabelecidos os deveres do socioeducando. Entre esses deveres expressamente previstos na Portaria mencionada, figura o dever do socioeducando de:

- A) usar vestuário padronizado, adquirido com recursos da família perante a unidade.
- B) participar das atividades pedagógicas, desde que tenha se inscrito voluntariamente nelas.
- C) permitir a revista e controle de seus bens, pertences e valores, desde que apresentado o respectivo mandado judicial.
- D) manter a higiene pessoal e conservar limpo o seu alojamento.

26. A Portaria nº. 270/15-GP, de 17 de julho de 2015, estabelece também recompensas que podem ser concedidas aos socioeducandos. Sobre tais incentivos, é correto afirmar que:

- A) a recompensa será concedida pelo diretor da unidade, ouvido o Ministério Público, que emitirá parecer a respeito da possibilidade de concessão da recompensa.

- B) após concedida, a recompensa não poderá ser suspensa ou restringida.
- C) a recompensa será concedida pelo diretor da unidade, ouvida a equipe técnica.
- D) consiste em recompensa a permissão de assistir sessões de cinema, teatro, shows e jogos esportivos, mediante pagamento das respectivas taxas de manutenção.

Portaria nº. 079/2017-GP Natal, 26 de abril de 2017, e suas alterações, que institui o Manual de Segurança Socioeducativa, disponível no sítio www.fundase.rn.gov.br; – **2 questões**

27. Sobre a revista dos socioeducandos e dos familiares e visitantes, devidamente regulamentada pela Portaria nº. 079/2017-GP Natal, de 26 de abril de 2017, é verdadeira a seguinte afirmação:

- A) Os visitantes deverão ser rigorosamente revistados por meio dos equipamentos eletrônicos existentes na unidade ou manualmente, a ser efetuada por servidor habilitado.
- B) Os socioeducandos deverão ser revistados na entrada e saída na unidade e em seus alojamentos, de forma coletiva, em local público da unidade, por servidor habilitado do mesmo sexo.
- C) Na revista pessoal, íntima, com frequência semanal, o agente socioeducativo responsável disporá de luvas e outros materiais específicos para o procedimento.
- D) Entende-se por revista manual aquela realizada por meio de contato físico da mão do agente público sob a roupa da pessoa revistada.

28. Em consonância com as normas da Portaria nº. 079/2017-GP Natal, de 26 de abril de 2017, o emprego da força dentro das unidades de socioeducação deverá ser realizado de forma diferenciada, observando os seguintes princípios:

- A) legalidade, pessoalidade, moralidade, eficiência e celeridade.
- B) legalidade, necessidade, proporcionalidade, liberalidade e permissão de porte e uso de armas nas unidades de privação de liberdade de adolescentes, por seus funcionários.
- C) legalidade, impessoalidade, conveniência, economia de recursos e celeridade.
- D) legalidade, necessidade, proporcionalidade, conveniência e proibição de porte e uso de armas nas unidades de privação de liberdade de adolescentes, por seus funcionários.

Portaria nº. 355/15-GP, de 12 de novembro de 2015, e suas alterações, que institui a Central de Gerenciamento de Vagas – CGV, disponível no sítio www.fundase.rn.gov.br. – **2 questões**

29. De acordo com a Portaria nº. 355/15-GP, de 12 de novembro de 2015, que instituiu a Central de Gerenciamento de Vagas – CGV, o acesso dos adolescentes autores de atos infracionais aos programas executados pela FUNDASE/RN, observará às seguintes etapas:

- A) requisição de vaga pela autoridade competente; análise administrativa acerca da existência de vaga; enquadramento do adolescente e do jovem nos critérios estabelecidos na referida Portaria e ingresso na unidade de execução das medidas socioeducativas.
- B) requisição de vaga pela autoridade competente; análise administrativa acerca da existência de vaga; enquadramento do adolescente e do jovem nos critérios estabelecidos na referida Portaria; depoimento juramentado perante autoridade judiciária e ingresso na unidade de execução das medidas socioeducativas.
- C) requisição de vaga pelos pais ou responsáveis; análise administrativa acerca da existência de vaga; enquadramento do adolescente e do jovem nos critérios estabelecidos na referida Portaria; depoimento juramentado perante autoridade policial e ingresso na unidade de execução das medidas socioeducativas.
- D) requisição de vaga pelos pais ou responsáveis; análise administrativa acerca da existência de vaga; enquadramento do adolescente e do jovem nos critérios estabelecidos na referida Portaria e ingresso na unidade de execução das medidas socioeducativas.

30. A respeito da transferência interna de socioeducando, à luz das normas da Portaria nº. 355/15-GP, de 12 de novembro de 2015, assinale a afirmação verdadeira.

- A) Será contemplada a possibilidade de transferência motivada por indisciplina, exceto nas hipóteses de motins e rebeliões.
- B) Não será contemplada a possibilidade de transferência motivada por indisciplina, salvo nas hipóteses de motins e rebeliões.
- C) Se assim desejar, o socioeducando, antes da transferência, poderá ser encaminhado pela unidade de origem para realização de exame de corpo de delito.
- D) As transferências internas deverão ser comunicadas pela Central de Gerenciamento de Vagas ao Ministério Público, ficando a comunicação aos pais ou ao responsável legal a cargo da unidade de destino.